

Nesta edição

- Governo brasileiro altera alíquota de imposto sobre importados e China é o alvo
- Embaixador brasileiro na China, Luiz Augusto de Castro Neves, analisa evolução e oportunidades do relacionamento sino-brasileiro
- China congela preços e altera alíquotas de importação e exportação para combater inflação
- *Dragonomics* contesta hipótese de fuga de capital da China para países vizinhos

Curtas

- Comércio com a China registra volume recorde e primeiro déficit
- Brasil e China confirmam parceria na construção de gasoduto brasileiro
- Mercado automobilístico chinês confirma tendência de crescimento
- Número de usuários de internet cresce na China, fazendo emergir mais um mercado promissor no país

Editorial

China: o que esperar de 2008

O ano de 2008 será o ano da China! Dois principais fatos fundamentam essa afirmação: os Jogos Olímpicos de Pequim e a importância do país para a economia mundial. Não há dúvidas de que o mundo esteja ansioso para ver o que a China reservou de especial para essas Olimpíadas, bem como de que a continuada trajetória de crescimento da Ásia tornou-se elemento crucial para a manutenção do crescimento global. Tal importância torna-se ainda mais evidente no cenário atual de redução do ritmo da economia norte-americana e possível recessão. As esperanças estão depositadas na Ásia e em sua capacidade de suavizar os efeitos da crise norte-americana para o mundo.

O que podemos esperar das Olimpíadas de Pequim? É difícil antecipar, porém, é certo que Pequim pretende realizar um show capaz de convencer o mundo de que a nova China (em construção nos últimos 30 anos de abertura econômica) pouco se assemelha à China comunista do passado e, dessa forma, busca se inserir definitivamente no cenário global. Do lado de cá, se espera ver durante os jogos paisagem nebulosa, devido aos graves problemas ambientais amplamente divulgados pela mídia internacional e às manifestações contrárias à falta de liberdade política que devem ocorrer durante o evento.

É possível antever que o governo chinês esteja preparando evento capaz de ofuscar qualquer dificuldade, ainda que o Sol resolva não vencer a poluição do céu de Pequim e prefira se ofuscar durante os jogos. Para tanto, o céu, ou melhor, a Lua é o limite. A vontade de impressionar é tão grande que podemos chegar ao grau máximo de loucura e imaginar que a tocha olímpica será acesa simultaneamente na China e na Lua.

Para garantir ainda mais sucesso, é aguardada por alguns analistas a apresentação de atletas, até então quase desconhecidos, que garantirão o maior número de medalhas de ouro já conquistado pelo país. A projeção publicada pela revista *The Economist* antecipa que a China deverá ser o país a conquistar mais medalhas de ouro, ultrapassando os Estados Unidos pela primeira vez na história.

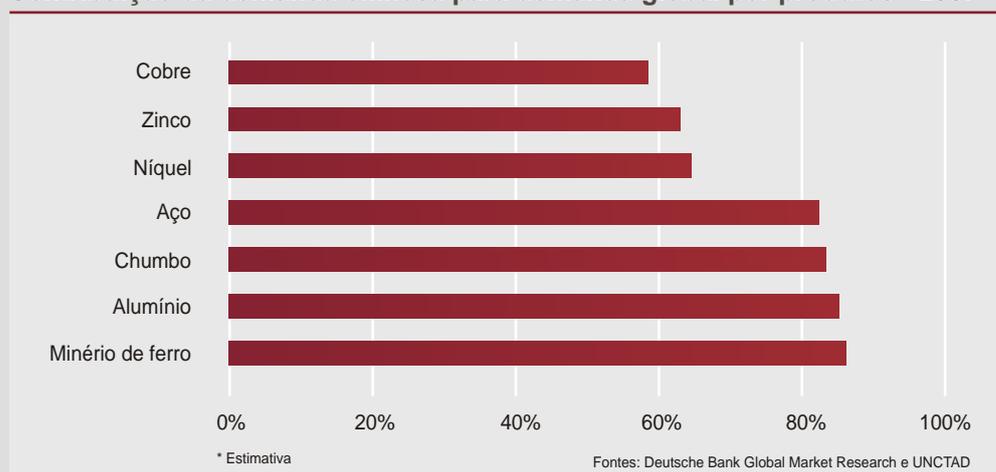
No entanto, as Olimpíadas expõem a China aos olhares críticos do Ocidente. Jornalistas que farão a cobertura dos jogos estarão também interessados em questões políticas, sociais e ambientais que desafiam o governo chinês. Não há como imaginar que a cobertura da mídia internacional se restringirá aos assuntos esportivos. Ademais, o evento poderá criar momento de fragilidade política para o país na questão da independência de Taiwan. Analistas acreditam que o governo taiuanês poderá aproveitar esse período – no qual a China não pode se envolver em qualquer conflito para garantir a realização dos jogos – para requerer à Organização das Nações Unidas (ONU) sua adesão como país independente. Caso isso ocorra, a China precisará do apoio político dos Estados Unidos para convencer Taiwan de evitar confronto direto e afastar maior instabilidade ao conturbado cenário econômico global de 2008.

A China também deverá ser a estrela do ano em razão da importância de sua economia para os demais países. A pergunta que ainda precisa ser definitivamente respondida é se a economia chinesa realmente se descolou da norte-americana. No caso de recessão dos Estados Unidos, a dúvida consiste na habilidade do país asiático de manter ritmo de crescimento expressivo, ainda que apresente alguma desaceleração, e consolidar-se como motor da economia mundial ao lado de Índia e Rússia. Arthur Kroeber, diretor da *Dragonomics Research*, afirma que sim. Para Kroeber, a economia chinesa já se descolou e mais, o país é capaz de manter crescimento econômico acelerado mesmo que suas exportações declinem, devido aos investimentos em infra-estrutura. Relatório publicado pela ONU (*World Economic Situation and Prospects 2008*), aponta que a economia chinesa crescerá 8% em 2008 no caso de grave recessão norte-americana e 10,1% na hipótese de desaceleração moderada. Vale lembrar que diversas projeções para esse ano apontam para expansão do PIB chinês em 10,5% na hipótese de manutenção do cenário atual, ou seja, de não agravamento da crise dos Estados Unidos.

Em relação ao comércio exterior, as exportações do país asiático deverão reduzir crescimento para 18% em 2008, de acordo com relatório publicado pelo *Deutsche Bank*. Essa desaceleração ocorrerá em razão de menor crescimento global e em resposta às políticas implementadas em 2007 de desincentivo às vendas para o exterior. As importações chinesas, por sua vez, deverão manter o ritmo de crescimento registrado em 2007. A China deverá ser responsável por mais de 70% do aumento da demanda global de *commodities* em 2008 e, para minério de ferro, alumínio, chumbo e aço, o país asiático será responsável por mais de 80%. Alguns analistas, estes mais otimistas, acreditam que a expansão da economia chinesa em 2008 deverá novamente surpreender e, dessa forma, o país será responsável por cerca de 90% do aumento da demanda global por *commodities*.

Gráfico 1

Contribuição da demanda chinesa para demanda global por produtos - 2007*



O consumo doméstico chinês continuará em ampliação, contudo, seu ritmo ainda não será significativamente superior ao crescimento do PIB. Os picos inflacionários de 2007 permanecerão como importante obstáculo a ser removido no decorrer do ano. As medidas tomadas pelo governo em janeiro de 2008 apontam para controle generalizado de preços, mecanismo temido pela maioria dos analistas especializados em China. Por fim, a aguardada valorização acelerada da moeda chinesa foi prometida no início do ano pelo Banco Central da China, porém é necessário observar as medidas que serão adotadas.

Para o Brasil, as projeções da economia chinesa parecem continuar a contribuir para o crescimento do país. Os produtos básicos deram impulso expressivo às exportações brasileiras para o mundo em 2007, ano de recorde histórico de vendas. Os básicos representaram 31,7% do total exportado no ano que alcançou volume total de US\$ 160,649 bilhões. Ademais, a importação de insumos chineses conferiu a setores da indústria brasileira competitividade necessária para enfrentar os desafios do comércio internacional e expandir a exportação de manufaturas. Dessa forma, a China, em especial sua demanda por *commodities*, terá papel ainda mais relevante para o crescimento da economia brasileira, principalmente no caso de agravamento da crise norte-americana.

O ano de 2008 será incontestavelmente o momento em que as atenções estarão voltadas para a China. Apesar dos desafios listados, é possível anteciper o sucesso dos Jogos Olímpicos de Pequim, que servirão para aproximar ainda mais o país do Ocidente. No que se refere à economia chinesa, esta conseguirá passar pelo período probatório de recessão norte-americana. Diante desse cenário asiático positivo podemos, ao menos, respirar pouco mais aliviados. Ainda que os Estados Unidos entrem em recessão em 2008, a locomotiva asiática deverá ser capaz de evitar a contaminação do mercado global. ■

Defesa comercial

Apesar de controvérsias, Brasil aprova imposto sobre produtos importados

O governo brasileiro aprovou medida provisória que instituiu cobrança de alíquota de R\$ 10,00 por quilo ou unidade de alguns produtos importados industrializados ou semi-industrializados – entre eles calçados, plásticos, bebidas, borrachas, confecção, artefatos têxteis, móveis, ferramentas, dispositivos para relógios, aparelhos de ótica e cinematografia médico-hospitalar. Se a medida for regulamentada resultará em alíquotas de importação superiores a 750%. A alteração da alíquota tem por objetivo restringir a entrada de produtos com suspeita de preço abusivo e práticas desleais de concorrência com similares brasileiros.

Apesar da medida não ser restrita à China, ou seja, é válida para importações de produtos originários de todos os países, o Ministério da Fazenda reconheceu que o crescimento das compras de produtos chineses levou a sua adoção. Em 2007 o Brasil teve importação recorde de produtos chineses, registrando déficit de US\$ 1,86 bilhão com o país asiático. A importação de produtos chineses cresceu 57,9% e alcançou US\$ 12,6 bilhões no último ano. Deve-se ressaltar, porém, que os produtos mais comprados pelo Brasil da China não são destinados diretamente ao consumidor final. Ao contrário, os importados chineses são, em sua maioria, bens de capital utilizados pela indústria brasileira na fabricação de outros produtos, que muitas vezes são voltados para exportação.

A medida gerou controvérsias entre representantes do governo brasileiro, uma vez que o Ministério da Fazenda teria aprovado a decisão sem consentimento do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A mudança foi defendida por empresários prejudicados pela concorrência dos produtos chineses e tem o apoio da Receita Federal, que garantiu utilizá-la apenas como "salvaguarda" a ser implementada em setores afetados por subfaturamento nas importações.

Deve-se ressaltar, contudo, que aumento de alíquota de importação não resolve os problemas de subfaturamento, uma vez que estimula ainda mais a adoção dessa prática e

não combate o comércio desleal ou ilegal no país. O Brasil possui regras de defesa comercial que podem ser aplicadas contra o comércio desleal – incluindo salvaguardas transitórias e têxteis, específicas contra produtos chineses que foram regulamentadas pelo governo brasileiro em 2005 –, além dos já utilizados processos de investigação de *dumping*. Dessa forma, torna-se dispensável adoção de medidas arbitrárias como esta e urgente a intensificação de fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras brasileiras.

O MRE e o MDIC contestaram a medida alegando que a nova regra vai de encontro aos acordos firmados pelo Brasil no âmbito do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio (OMC). A decisão prejudicaria a posição brasileira na OMC e causaria atrasos e transtornos nas negociações com países membros da Organização. Além da forma pela qual a decisão foi aprovada, foi questionada a necessidade de sua implementação visto que casos de comércio desleal devem ser tratados de acordo com mecanismos de defesa comercial em vigor no país. A alteração da alíquota foi discutida e não aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), instância da qual participam todos os órgãos supracitados. Para ser aplicada, a mudança da alíquota deverá ser regulamentada pela CAMEX.

A nova medida fragiliza significativamente a posição assumida pelo Brasil em negociações internacionais de comércio. O país é signatário de acordos que, se desrespeitados, podem diminuir sua credibilidade no cenário internacional e pesar negativamente em negociações futuras. O desrespeito aos acordos pode abrir precedentes para que sanções aos produtos brasileiros sejam impostas. Assim, apesar da intenção de supostamente proteger a produção nacional, a recente mudança da alíquota é extremamente prejudicial ao país. Além disso, a medida é injustificável face à existência de mecanismos específicos de defesa comercial eficazes à disposição do Brasil. Por fim, deve-se ressaltar que a proteção concedida é limitada, uma vez que não garante maior competitividade aos produtos brasileiros em terceiros mercados. Existem meios mais eficazes para “proteger” setores abarcados pela mudança na alíquota, como criação de linhas especiais de financiamento para renovação tecnológica, redução de carga tributária incidente na produção e comercialização desses bens no mercado doméstico, entre outros. ■

Artigo especial

A política externa chinesa e as parcerias com o Brasil

Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves¹

A própria ascensão chinesa e a sua crescente presença nas mais variadas questões da grande agenda das relações internacionais fez com que a China passasse a ser detectada com mais frequência na “tela de radar” da política externa brasileira. Numa visão mais específica, passou a haver uma crescente percepção recíproca de que os objetivos de política externa, tanto da China, quanto do Brasil, eram, em grande medida, ou coincidentes, ou compatíveis. Do ponto-de-vista chinês, o propósito de “correta inserção no sistema internacional” a leva a buscar novas parcerias e eventualmente aliados em questões de interesse prioritário para a República Popular da China, como é o caso de Taiwan, ou o tratamento da questão dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas.

Do ponto-de-vista do Brasil, a já assinalada presença crescente chinesa a torna, *ipso facto*, um interlocutor cada vez mais freqüente no que diz respeito à atuação internacional do Brasil. Além disso, o desempenho chinês no plano econômico tem afetado substantivamente, e em geral de forma positiva, o próprio desempenho da economia brasileira. Por sua dimensão e taxa de abertura, a China hoje contribui decisivamente para dar o tom da economia global: pressiona para baixo os custos dos produtos industrializados que produz em grande escala, mantém elevados os preços dos produtos que importa maciçamente (sobretudo *commodities* agrícolas, minerais e petróleo, cujas exportações têm sido decisivas para manter superavitário o setor externo da economia brasileira) e contribui decisivamente para manter baixas as taxas internacionais de inflação e de juros.

O outro aspecto importante, que também tem a ver com a política externa chinesa e com o Brasil, é a chamada globalização, que hoje é certamente o pano de fundo mais importante a modular as relações internacionais. A China, ao suscitar a questão de sua “correta inserção no sistema internacional” demonstrou ter um perfeito entendimento do fenômeno globalização e das oportunidades nele contidas. Um ponto importante, que tem a ver com

¹ Luiz Augusto de Castro Neves é embaixador do Brasil em Pequim desde outubro de 2004, graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em ciências econômicas pela London School.

uma das características mais importantes da globalização, é a internacionalização do processo produtivo, tão mais importante quanto maior o valor agregado do produto final. Assim, a China, que na época de Mao buscava a auto-suficiência a qualquer custo, promoveu uma substancial abertura de sua economia, permitindo a importação maciça de bens de capital e outros insumos industriais e a implantação no país de um setor industrial moderno e competitivo, aproveitando as vantagens comparativas de sua mão-de-obra barata e extremamente abundante. A China hoje exporta muito porque importa muito (o saldo comercial chinês é, como proporção de suas exportações, inferior ao saldo comercial brasileiro). A industrialização brasileira, por seu turno, partiu historicamente de um enfoque oposto ao que presidiu a moderna industrialização chinesa. O grande esforço brasileiro de criação de um parque industrial baseou-se essencialmente na chamada substituição de importações, implantando-se indústrias voltadas para o atendimento do mercado interno, muito verticalizadas e amparadas por forte protecionismo tarifário e não-tarifário. O processo foi bem sucedido enquanto motor inicial da industrialização brasileira, mas o seu esgotamento foi acelerado pelo surgimento do fenômeno da globalização, que colocou em evidência a questão da competitividade em mercados menos protegidos (a própria internacionalização dos processos produtivos, já aludida, retirou em grande medida a eficácia do protecionismo tradicional como instrumento de proteção da indústria nacional).

A China entendeu, portanto, talvez mais do que qualquer outro país, os desafios e as oportunidades representadas pelo fenômeno da globalização. A sua presença cada vez mais atuante no cenário internacional, por sua vez, também criou, ela própria, oportunidades e desafios para os seus parceiros, dentre os quais o Brasil. A ascensão chinesa gerou uma grande onda de oportunidades e de prosperidade, mas também criou alguns “perdedores”, na forma de concorrentes de outros países, deslocados de seus mercados tradicionais, domésticos e de exportação, pela impossibilidade de fazer frente à avassaladora competitividade chinesa.

Hoje, a presença chinesa no mundo representa mais do que o surgimento de uma nova potência econômica. O processo que estamos hoje a assistir só tem paralelo na história contemporânea na ascensão dos Estados Unidos da América no final do Século XIX e início do Século XX. Diz-se que o Século XXI será o século da Ásia – provavelmente será especialmente o século da China. O Brasil, na sua circunstância de grande país emergente deverá estar em condições de articular mecanismos que lhe permitam aproveitar as oportunidades criadas pela expansão chinesa. A China não deve, portanto, ser vista como uma ameaça ao Brasil, ainda que, como já mencionado, a expansão comercial chinesa tenha criado alguns “perdedores” pelo mundo afora. O importante, no caso, é reconhecer que a única resposta possível a essas “ameaças” chinesas é a das políticas públicas de reforço da competitividade estrutural, e não cair na tentação de soluções simplistas de adotar medidas protecionistas, de resto ineficazes no mundo de hoje.

Uma agenda de oportunidades - Do ponto de vista do Brasil, a política exterior chinesa possibilita a criação de amplos espaços para o desenvolvimento de parcerias bilaterais. É possível identificar uma série de setores onde já existe uma complementaridade bem assentada entre as duas economias. Há, por exemplo, de um lado, a abundância de recursos naturais do Brasil, no setor mineral, na agropecuária ou em matéria de energia; de outro, a demanda chinesa, somada à grande disponibilidade de capital e à disposição, amplamente declarada, de aumentar a internacionalização de suas empresas. Há, portanto, um cenário propício a empreendimentos conjuntos e, o que é muito importante, a possibilidade de evoluir de um modelo em que a China se limita a comprar nossos produtos primários para um cenário onde investimentos chineses no Brasil levem a que uma maior parte da cadeia processadora desses produtos seja feita aqui, incluindo a possibilidade de melhorar a infra-estrutura de transporte, de armazenagem e de sua comercialização no mercado externo. Com isso, ficariam atendidos a demanda brasileira de agregar mais valor à sua pauta exportadora e o interesse chinês em assegurar o suprimento de produtos que consideram estratégicos.

Outro campo de parceria que se apresenta promissor é o da atuação conjunta em terceiros mercados. Brasil e China atribuem elevada prioridade ao relacionamento com a África, seja como fonte de insumos essenciais para ambas os países, seja como potencial mercado consumidor para os seus produtos. A China dispõe, evidentemente, de maiores recursos de investimento e de capacidade de mobilização das lideranças africanas; a realização em 2006 da cúpula sino-africana em Pequim foi uma inequívoca demonstração nesse sentido.

Foram 54 chefes de estado e de governo que compareceram à capital chinesa, na expectativa de serem bem aquinhoados com recursos dos multibilionários fundos para investimentos em projetos de infra-estrutura no continente africano. No que se refere à presença brasileira em África, cabe destacar as relações especialmente próximas com os países de língua portuguesa e com alguns países da costa atlântica, “vizinhos de além-mar”. O fato de a África ter tido um papel fundamental na formação da sociedade brasileira constitui sem dúvida um aspecto importante para o estabelecimento de mecanismos de cooperação com aqueles países. É lícito concluir, portanto, que há uma grande potencialidade de ação conjunta sino-brasileira no continente africano, que aliaria a capacidade de atuação e a proximidade cultural dos brasileiros à abundância dos recursos financeiros e tecnológicos de que dispõe a China. ■

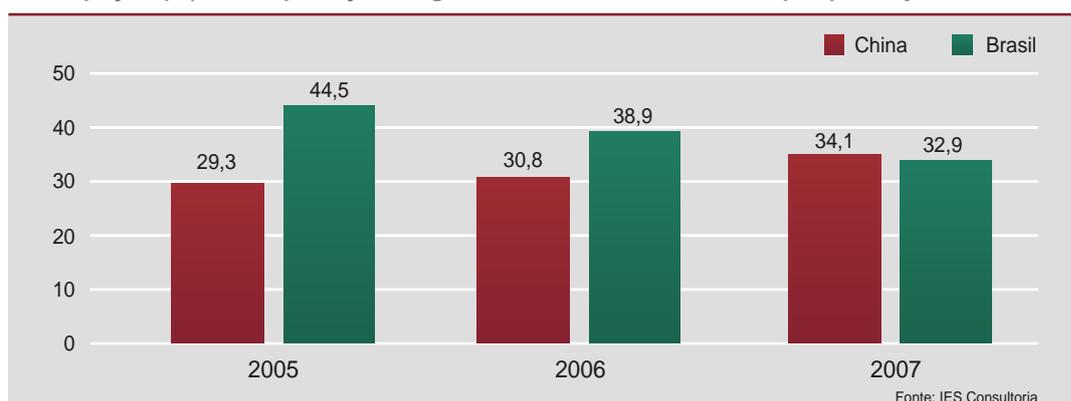
Competitividade

Brasil perde mercado na Argentina para a China

A China ultrapassou o Brasil e tornou-se o principal fornecedor de eletrodomésticos para a Argentina, segundo estudo da IES Consultores. A notícia foi divulgada em meio à renovação da restrição às importações de televisores fabricados na Zona Franca de Manaus. O Ministério da Economia da Argentina prorrogou a salvaguarda contra a entrada de televisores produzidos em Manaus até 30 de setembro de 2008, entretanto, aumentou a quota de aparelhos de 100 mil para 170 mil no período.

Gráfico 2

Participação (%) nas importações argentinas de eletrodomésticos por país – jan. a nov. 2007



A salvaguarda, em vigor desde 2005, contribuiu para a redução da participação do Brasil no mercado de eletrodomésticos argentino, porém não pode ser considerada a única responsável pelo resultado constatado pela IES Consultores. O Brasil tem perdido espaço em outros setores do mercado argentino, além de outros mercados de países na América Latina devido à concorrência com a China. Esta perda tem sido recorrente nos últimos anos e deve ser atribuída à forte concorrência dos produtos chineses e não exclusivamente às barreiras impostas aos produtos brasileiros.

A presença chinesa no mercado argentino cresce significativamente e o país já ocupa posição de terceiro maior fornecedor. Entre 1999 e 2005, o incremento das importações argentinas de produtos chineses foi de 300%, enquanto que de produtos brasileiros foi de 82,4% no mesmo período. O Brasil perde espaço no mercado vizinho também em razão de acordos de restrição que prejudicam ainda mais a competitividade de sua indústria.

[Leia mais](#)

Carta da China 19

O efeito da perda de competitividade estrutural da indústria brasileira é percebido em todos os tradicionais mercados compradores de produtos brasileiros, a exemplo de países vizinhos do Mercosul. A discussão não pode ficar limitada aos efeitos da valorização do Real. Enquanto o Brasil não implementar reformas estruturais necessárias, incluindo as imprescindíveis reformas trabalhista e tributária, bem como realizar investimentos em infra-estrutura, o país continuará a observar o maior desafio proporcionado pela competitividade asiática sem ter meios eficientes de competir. ■

Inflação

Congelamento de preços e reajuste tarifário combatem inflação na China

Com o intuito de conter a acelerada inflação no país e evitar instabilidade social e política, o governo chinês busca ampliar oferta de produtos no mercado doméstico através de controle de preços e mudança de política tarifária – incidente sobre produtos em que se têm registrado picos inflacionários desde o segundo semestre de 2007, como grãos, metais e combustíveis. As medidas, que entraram em vigor em janeiro de 2008, devem beneficiar exportadores brasileiros de *commodities*.

Diante da maior alta inflacionária dos últimos dez anos, o governo chinês decidiu cortar tarifa de importação de petróleo e derivados para 1%, metade do valor aplicado anteriormente. A redução do custo de importação de gasolina, diesel e combustível para avião objetiva também atenuar perdas de companhias estatais petrolíferas, cujos preços de venda no mercado interno estão abaixo do patamar internacional. A China eliminará ainda tarifas de importação de alumínio e de alguns produtos utilizados na fabricação de eletrônicos, como cátodo e ânodo de cobre.

Leia mais

Carta da China 33

O setor de alimentos, que em novembro de 2007 registrou alta nos preços de 18,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, também sofreu ajustes. O Ministério das Finanças da China prorrogou para 31 de março de 2008 o corte para 1% da tarifa de importação incidente sobre soja em grãos. A medida tinha validade apenas até dezembro de 2007. De acordo com autoridades chinesas, a inflação dos alimentos reflete expansão da demanda interna e é, por sua vez, agravada pela queda na colheita ocorrida em razão da seca. No caso da soja, por exemplo, de janeiro a outubro de 2007 as importações chinesas de soja em grãos cresceram 5% em relação a 2006, e alcançaram 24,5 milhões de toneladas. No mesmo período, o aumento do preço do produto no mercado internacional, impulsionado pela demanda chinesa, compensou perdas de 7,7% em volume exportado pelo Brasil à China. O valor das vendas brasileiras de soja em grãos para o mercado chinês foi acrescido em 14,4%.

Apesar da redução de impostos, o governo chinês não deverá registrar queda significativa de receita. Restrições à evasão de divisas, salto dos lucros empresariais e acelerado crescimento econômico irão proporcionar aumento de cerca de 30% da arrecadação fiscal em 2007, possivelmente a maior das últimas duas décadas de acordo com autoridades chinesas.

Para exportadores chineses, desincentivo – A valorização de *commodities* no mercado internacional tem contribuído para o desequilíbrio do abastecimento do mercado interno chinês. Nesse sentido, foi anunciado aumento temporário de tarifas aplicadas sobre as vendas chinesas para o exterior de 57 tipos de grãos, incluindo soja. O imposto, que de acordo com o Ministério das Finanças será mantido até o final de 2008, varia de 5% a 25%. Deverá ser também adotado sistema de quotas para exportação de farinha de trigo, milho e arroz.

Exportações chinesas de produtos derivados do aço foram igualmente desencorajadas e suas alíquotas foram elevadas para até 25%, o que contribuirá também para o desaquecimento de investimentos no setor siderúrgico. Chapas de aço inoxidável e chapas de aço laminados a frio foram taxadas em 15%. Já tarifas aplicadas sobre vendas de coque sofreram aumento de 5 pontos percentuais, estabilizando-se também em 25%.

Reajuste de preços somente mediante aprovação – O lançamento de pacote de congelamento de preços foi outro instrumento implementado para contornar pressão inflacionária e, com isso, evitar futuras manifestações sociais. Na lista, bens e serviços de necessidade básica. De acordo com o governo chinês, os preços de água, aquecimento, transportes públicos, educação e saúde, todos sob controle direto do Estado, “serão estritamente controlados e mantidos estáveis”. Já produtos com variação diária de preços, como petróleo, grãos, óleos vegetais, ovos e frango sofrerão controle temporário, afirmaram autoridades da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês).

Com a medida, varejistas dependem de aprovação prévia do governo para elevar preços de produtos listados e devem ser submetidos à análise com dez dias de antecedência. A fim de

coibir desrespeito ao congelamento, multas sobre práticas de manipulação de preços, como estocagem, e preços ilegais foram acrescidas significativamente.

Além de reajuste tarifário e pacote de congelamento de preços, outras medidas administrativas foram implementadas ao longo de 2007, incluindo subsídios diretos a produtores agrícolas e política de concessão de empréstimos mais restritiva. Entretanto, ainda não se pode observar o resultado esperado. A inflação chinesa encerrou novembro de 2007 com aumento de 6,9%, 4,1 pontos percentuais superior ao registrado no mesmo mês de 2006, e é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo país em 2008. A alta de preços, sobretudo por se concentrar em bens e serviços de necessidade básica, poderá se tornar grande fator de instabilidade social e política caso não revertida. ■

Legislação

Impacto de nova lei trabalhista é maior sob empresas de mão-de-obra intensiva e menos sofisticada

Em vigor desde 1º de janeiro de 2008, a nova legislação trabalhista chinesa produzirá efeitos heterogêneos sobre as relações de trabalho e custo de mão-de-obra no país, que devem variar conforme porte da empresa e grau de implementação das novas exigências. A regulação de forma direta de contratos de trabalho e de sua rescisão - principais inovações da legislação - traz desafios maiores a empresas de pequeno porte ou pouco saudáveis, cuja mão-de-obra é temporária e menos sofisticada.

Com a legislação, aprovada em junho de 2007, torna-se obrigatória formalização de contrato para trabalhadores que permaneçam na empresa por período superior a um mês e passa a ser dever do empregador garantir a seguridade social de seus empregados, mediante pagamento de pensões, seguro desemprego, seguro saúde, entre outros. A elaboração de contrato formal visa evitar mudanças repentinas dos termos acordados durante período de negociação entre empresa e funcionário, bem como facilitar fiscalização do cumprimento de leis já estabelecidas anteriormente, como limite de horas extras e remuneração mínima provincial.

Outra novidade é que, em casos de demissão de funcionários com mais de dez anos de empresa, o empregador deverá pagar um salário para cada ano trabalhado. De acordo com o governo, tal modificação confere maior estabilidade aos trabalhadores e fortalece vínculo empregatício.

[Leia mais](#)

[Carta da China 29](#)

As recentes exigências do governo chinês não demandam mudanças significativas por parte de grandes empresas estatais (SOE's, na sigla em inglês) e privadas para que as mesmas se adaptem ao novo cenário legislativo. A utilização de contratos formais para regulamentar as relações trabalhistas já integra a cultura empresarial da maioria dessas empresas e a maior parcela da mão-de-obra empregada é qualificada. Além disso, por gozarem de crescimento acelerado de suas receitas e lucros, essas empresas não pretendem demitir número expressivo de funcionários no curto prazo - ao contrário do que pode ser observado em pequenas e obsoletas empresas no interior do país.

Apesar de há pouco em vigor, a nova legislação já enfrenta barreiras à sua implementação e foram as grandes empresas as primeiras a serem flagradas ao tentar burlá-la. A Huawei, maior produtora de equipamentos de telecomunicações da China, foi acusada de encorajar a demissão de cerca de sete mil funcionários com mais de oito anos de serviço. Parte desses trabalhadores seria readmitida como temporários ou recontratados como novos funcionários e assumiriam seus antigos postos. O objetivo era livrar-se da obrigação de pagamento de indenizações futuras por demissão de funcionários que permaneceram na empresa por mais de dez anos. Também com receio de indenizações do contrato de rescisão, o Wal-Mart haveria demitido mais de cem funcionários em outubro de 2007, de acordo com *Economist Intelligence Unit*.

A fim de atender às expectativas de acelerar reformas trabalhistas e contribuir para a consolidação da "sociedade harmoniosa" - dois pilares apontados pelo governo chinês como motivadores das mudanças introduzidas -, a nova legislação precisará não só convencer empresas, como também as próprias autoridades chinesas. A competição entre líderes provinciais por investimentos e a pouca objetividade do documento (que confere flexibilidade às interpretações) podem minar a eficácia da lei e, dessa forma, pouco contribuir para a melhoria de salários e de condições de trabalho. ■

Uma China para a China

Artur Kroeber²

Até agora, o milagre econômico chinês tem sido majoritariamente um fenômeno costeiro. Recentemente, custos de insumos, tais como mão-de-obra, água e eletricidade, têm alimentado receios de que exportadores se retirem dessa área em direção às pastagens mais verdes no Vietnã e em Bangladesh. Mas, um breve passeio pelas zonas de desenvolvimento industrial nas províncias centrais de Anhui e Jiangxi - duas províncias interioranas que ficam aninhadas às margens de ricas províncias costeiras como Jiangsu, Zhejiang, Fujian e Guangdong – sugere que as províncias do interior chinês oferecem alternativas atraentes aos tradicionais setores exportadores, tais como eletrodomésticos.

Tabela 1

Média salarial mensal por províncias - 2006

Províncias	Rmb	Var. (%) anual*
Zhejiang	2.318	10,1
Guangdong	2.182	10,3
China	1.750	16,5
Shandong	1.602	17,7
Shanxi	1.525	23,5
Anhui	1.496	23,2
Sichuan	1.488	14,5
Henan	1.415	19,3
Jiangxi	1.299	16,1

*Média anual 2003-2006 Fontes: Escritório Nacional de Estatísticas da China e CEIC

À primeira vista, a mais clara vantagem comparativa é o nível salarial: em relação ao titã exportador Guangdong, a média salarial é 32% mais baixa em Anhui e 40% mais baixa em Jiangxi (Tabela 1). O transporte também é conveniente. Jiujiang, em Jiangxi, e Wuhu, em Anhui, são cidades portuárias do Rio Yangtze que oferecem transporte fácil e barato aos portos em Xangai.

Capturar os restos das indústrias de processamento afetadas pelo aumento do nível salarial na costa é um bom negócio. Não é, no entanto, o principal motor do crescimento da China central. Ao contrário, Anhui e Jiangxi pretendem se tornar uma “China para a China” – fornecedores de bens a baixo custo para o resto da China, assim como a China de modo geral fornece bens a baixo custo para o resto do mundo.

Esse processo está bem encaminhado: Anhui já é a maior produtora de aparelhos eletrodomésticos e carros e sua participação no mercado doméstico em alguns casos excede aquela das províncias ricas (tabela 3). Anhui e Jiangxi são ainda grandes e crescentes fornecedores de *commodities* industriais, tais como cobre, aço, cimento e químicos.

Tabela 2

Anhui e Jiangxi - 2006

	Anhui		Jiangxi	
	Valor	Ranking	Valor	Ranking
População (milhões)	61	8	43	11
Porcentagem da pop. urbana, (milhões)	37	25	39	22
Áreas cultivadas como proporção do total (%)	65,8	4	32,2	9
Comércio exterior (US\$ bilhões)	12	12	7	23
IED utilizado em 2006 (US\$ bilhões)	1	14	3	10
Vias expressas (km)	1.747	11	1.751	10
PIB per capita (Rmb)	10.044	28	10.679	24
PIB (Rmb bilhões)	615	13	467	18
Agricultura (% do total)	16,7	n/a	16,8	n/a
Indústria (% do total)	43,1	n/a	49,7	n/a
Serviços (% do total)	40,2	n/a	33,5	n/a

Fontes: Escritório Nacional de Estatísticas da China, CEIC e Anuários estatísticos de Anhui e Jiangxi

Tabela 3

Produção de bens industriais selecionados (% do total nacional)

	Guangdong	Jiangsu	Anhui	Jiangxi
Valor agregado industrial total	12,9	11,3	2,1	1,4
Refrigeradores	9,5	11,6	17,8	0,9
Máquinas de lavar	7,9	16,9	12,2	n/a
Condicionadores de ar	48,9	6,9	8,3	1,2
Veículos motorizados	7,6	3,8	6,7	3,2
Fertilizantes químicos	0,5	4,6	4,2	1,1
Cimento	7,8	8,9	3,7	3,5
Gusa	1,4	8,1	2,9	2,3
Bobinas de aço	3,7	12,5	2,8	2,6
Geração de energia	8,6	8,8	2,6	1,5

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

Tabela 4

PIB per capita por províncias

Províncias	PIB per capita (Rmb)	Ranking	Média de Crescimento anual* (%)
Xangai	57.310	1	15,5
Guangdong	28.077	6	19,3
Shandong	23.546	7	25,8
Hebei	16.894	11	21,6
Média nacional	16.084	n/a	17,5
Henan	13.279	16	26,7
Jiangxi	10.679	24	20,4
Anhui	10.044	28	19,2
Guizhou	5.750	31	18,5

* Nominal, 2003 a 2006 Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

Uma sombra de Nova Jérsei? Jiangxi e Anhui podem ter grandes planos, mas ainda são majoritariamente rurais e figuram entre as jurisdições mais pobres do país (tabela 4). Anhui está também entre as províncias chinesas mais densamente povoadas e densamente cultivadas: sua densidade populacional é próxima à de Nova Jérsei, o estado mais abarrotado dos Estados Unidos, e dois terços de sua área está coberta de lavouras. Jiangxi, mais montanhosa, tem apenas um terço de sua área sob cultivo. Em ambas as províncias, mais de dois terços das áreas cultivadas são dedicadas a cereais, principalmente arroz. Áreas adicionais variando entre 10 a 15 por cento são dedicadas ao cultivo de grãos oleaginosos, principalmente colza, enquanto Jiangxi dispõe 10% a vegetais.

Ambas as províncias figuram entre as de menor produtividade agrícola do país, medida tanto pela relação entre produto e área cultivada e produto e trabalhador agrícola. Em Anhui, alta densidade de população e cultivo têm significado que os lotes familiares típicos são extremamente pequenos. Essa é uma das principais razões pelas quais tantos trabalhadores migrantes em Xangai, Jiangsu e Pequim são oriundos de Anhui. Anhui fica atrás apenas das províncias de Sichuan e Henan, ambas muito maiores, como fonte de trabalhadores migrantes (tabela 5).

Tabela 5

Trabalhadores migrantes em 2004 por província de origem

Província	Milhões de pessoas
Henan	13,5
Sichuan	11,2
Anhui	9,6
Jiangxi	8,6
Jiangsu	6,8
Hunan	6,6
Hubei	6,5
Shandong	6,2
Outras	33,7

Fonte: Ministério de Agricultura da China

Jiangxi e Anhui têm recursos naturais interessantes. Anhui tem grandes quantidades de calcário (crucial para a produção de cimento); Jiangxi abriga a maior reserva de cobre do país com mais de oito milhões de toneladas e Anhui a quinta maior. Jiangxi Copper, listada em Londres, Hong Kong e Xangai detém as cinco maiores minas de cobre da China e é a única empresa de Jiangxi listada entre as 500 maiores exportadoras do país em 2005.

Aço e cimento - Exportações em ambas as províncias têm crescido mais rápido do que a média nacional, à medida que nova infra-estrutura de transporte tem tornado o processamento para exportação mais fácil para um número cada vez maior de empresas com investimento estrangeiro (tabela 6). No entanto, apesar do acelerado crescimento, tradicionais indústrias de processamento, como têxteis, aparelhos eletrônicos e móveis ainda representam pequena porção da produção industrial total dessas províncias. As maiores são indústrias pesadas (produção de aço e outros metais não-ferrosos) que atendem à demanda do investimento doméstico (tabela 7).

Tabela 6

Exportações por província - 2006

Províncias	US\$ bilhões	(%) do total	Ranking
Guangdong	306	31,5	1
Jiangsu	163	16,8	2
Xangai	108	11,2	3
Zhejiang	108	11,1	4
Shandong	60	6,2	5
Anhui	7	0,7	12
Jiangxi	4	0,4	18

Fonte: CEIC

Maanshan Iron and Steel Company, em Anhui, oferece bom exemplo de como empresas de Anhui estão crescendo a partir do fornecimento para a China oriental de bens intermediários. Maanshan é o maior empreendimento industrial de ambas as províncias e sétimo maior produtor de aço do país. Aproximadamente 42% das vendas de Maanshan são destinadas a Jiangsu, Xangai, Zhejiang e Guangdong; outros 36% permanecem em Anhui.

Outra história de sucesso é a de Anhui Conch, maior produtora de cimento da China. Tal como Maanshan, os maiores mercados da empresa Conch estão localizados nos altamente desenvolvidos deltas do Rio Yangtze e do Rio das Pérolas, onde a escassez de calcário limita a produção local de cimento. Enquanto isso, a Conch controla imensas reservas de calcário ao longo do Yangtze, perto de sua base de operações em Wuhu. O Yangtze oferece também o meio de transporte de melhor custo-benefício para uma *commodity* de baixa relação peso-valor como o cimento. De acordo com o diretor Guo Jingbing, a Conch tem perseguido uma "estratégia formato-T": Anhui é a base do "T" e o Yangtze o seu caule, fluindo a leste em direção à interseção do "T", em Xangai. Dali, o travessão se estende ao norte, para Jiangsu, e ao sul, para Zhejiang.

Tabela 7

Principais indústrias de Anhui e Jiangxi - 2006

	Produção industrial bruta (Rmb milhões)	Part. (%) na produção industrial total
Anhui		
Total	457	100
Metais ferrosos fundidos	47	10,3
Aparelhos elétricos	42	9,3
Energia elétrica e térmica	40	8,8
Automóveis	39	8,4
Químicos	29	6,3
Carvão	29	6,3
Metais não-ferrosos fundidos	27	6,0
Têxteis, acessórios e calçados	23	5,0
Jiangxi		
Total	298	100
Metais não-ferrosos fundidos	38	12,8
Metais ferrosos fundidos	34	11,4
Energia elétrica e térmica	29	9,8
Automóveis	22	7,4
Têxteis, acessórios e calçados	21	6,9
Produtos minerais não metálicos	16	5,4
Processamento de combustível nuclear e petróleo	16	5,3
Químicos	15	5,0

Fontes: Anuários estatísticos de Anhui e Jiangxi

Ao menos eles sabem somar - Esses padrões de distribuição voltados ao leste são precisamente o que os governos provinciais de Anhui e Jiangxi têm em mente ao promover uma estratégia de desenvolvimento resumida como "3+2", correspondendo às três jurisdições do delta do Yangtze (Jiangsu, Xangai e Zhejiang) mais as duas províncias de Anhui e Jiangxi. Esses planos são derivações em nível provincial da estratégia do governo central de "ascensão da região central" (*zhongbu jueqi*), anunciada ao final de 2004.

Tais planos têm por objetivo criar linhas de desenvolvimento que irradiem dos centros econômicos já existentes na região leste e no interior das duas províncias. O sudoeste de Anhui, próximo à próspera Nanquim, é um exemplo de sucesso dessa estratégia. O PIB per capita da região (que inclui Wuhu, Maanshan e Chuzhou) já se aproxima do nível da região costeira, de acordo com Wang Haifeng, professor na Academia de Ciências Sociais de Xangai.

Um elemento crucial de tal estratégia de desenvolvimento é a construção de redes rodoviárias ligando Anhui e Jiangxi aos seus mercados naturais ao leste. O maior legado da política de "ascensão da região central" tem sido o aprimoramento da infra-estrutura de transporte. Anhui e Jiangxi ocupam quinto e décimo lugar em termos de construção rodoviária desde 2003; muitas das outras províncias líderes também estão no centro do país (tabela 8).

Esses projetos rodoviários incluem grandes vias expressas de entroncamento. A via expressa do Rio Yangtze (*yanjiang gaosugonglu*), com data de conclusão prevista para 2007, passará por Tongling e Wuhu, em Anhui, em seu caminho de Chongqing a Xangai. Vias expressas agora conectam Nanchang, capital de Jiangxi, com, tanto Xangai, como Guangzhou. No início de novembro, o governo de Anhui anunciou que a construção começará em 2008 em um ancoradouro no porto de Yinghe em Hefei, permitindo que containeres alcancem o Yangtze diretamente a partir da capital provincial por meio da hidrovia Hefei-Yuxikou sem precisar ser transportados por caminhão até Wuhu. Construção ferroviária também tem sido ligeira. Hoje Nanchang é a única capital provincial situada ao longo da ferrovia Pequim-Kowloon. Apesar de não estar localizada em nenhum *hub* de transporte hidroviário, embarcações de Nanchang podem chegar ao Yangtze via o Rio Ganjiang.

Aflições gêmeas: Corrupção e poluição

Apesar da corrupção rural não ser restrita a Anhui, esta parece ser particularmente acentuada. Em 2003, os pesquisadores Chen Guidi e Wu Chuntao publicaram "Will the Boat Sink the Water? Life of Chinese Peasants" (Irá o barco afundar a água? A vida de camponeses chineses), baseados em três anos de pesquisa na área rural de Anhui. O livro, que documenta numerosos incidentes grotescos de corrupção governamental, atraiu atenção considerável antes de ser banido.

Em um incidente, agentes do governo demoliram dezenas de casas e cortaram muitas árvores para construir seus "Quatro 10.000s", um projeto agrícola que compreende áreas de 10.000 mu (1.666 ha) de vegetais e lírios, 10.000 vinhas e 10.000 pombos. Para alcançar um corredor de vinhas de mil metros, os agentes destruíram casas recém construídas de fazendeiros, deixando seus residentes desabrigados. No final, os pombos morreram e as vinhas definharam enquanto alguns residentes viviam sob pontes.

Tal corrupção também tem ajudado a tornar Anhui uma das províncias mais poluídas da China. O rio do título do livro de 2005 de Elizabeth Economy "The River Runs Black" é o rio Huai, maior parte do qual passa por Anhui. Em 2001, chuvas fortes causaram enchentes nos afluentes mais poluídos do rio, despejando 144 metros cúbicos de água no Rio Huai. "Rio abaixo, na província de Anhui," escreveu Economy, "a água estava espessa com lixo, espuma amarela e peixes mortos".

Similarmente, o Lago Chao, em cuja margem oeste se situa a capital provincial Hefei, tem sido alvo de surtos sazonais de algas causados por despejo de nitrogênio e fósforo, mais recentemente em junho de 2007. Apesar do surto não ter sido grande o suficiente para suspender o suprimento de água potável, como aconteceu em Maio no Lago Tai, em Jiangsu, a pesca dos whitebait decresceu em 20% em comparação com 2006.

Mão-de-obra barata - Fora a conveniência de transportes, salários mais baixos oferecem o maior incentivo ao investimento em Anhui e Jiangxi. Os salários de Jiangxi são os mais baixos do país e os de Anhui não são tão mais caros: evidências anedóticas sugerem que o nível salarial pode ser ainda mais baixo do que mostram os dados oficiais. Em entrevistas, a maior parte dos executivos de fábricas admitem pagar seus trabalhadores menos do que os salários de 1.300 e 1.500 yuan que os dados oficiais registram para Jiangxi e Anhui respectivamente.

Uma companhia que se aproveita dos baixos salários de Anhui é a fabricante de eletrodomésticos Midea Group, uma das poucas empresas privadas que aparecem entre as cem maiores empresas do país. Baseada em Shunde, Guangdong, Midea foi fundada como um empreendimento coletivo do vilarejo em 1968. Hoje produz refrigeradores, condicionadores de ar, microondas e panelas de arroz que vende sob sua própria marca ou em relação de OEM com General Electric, Sanyo e Toshiba. A maioria de suas vendas é doméstica, mas as exportações crescem rapidamente: dos 57 bilhões de Yuan em vendas em 2006, 17,5 bilhões (US\$ 2,2 bilhões) correspondiam às exportações, um crescimento anual de 25%.

Tabela 8

Vias expressas e auto-estradas classes I a IV

	Comprimento total (km)	Acréscimo entre 2003 e 2006 (km)	Ranking (aumento em 3 anos)
Total nacional	2.282.872	844.134	n/a
Shandong	199.075	122.905	1
Henan	150.028	81.289	2
Hebei	127.354	71.672	3
Hubei	135.828	65.914	4
Anhui	122.584	59.210	5
Jiangsu	108.642	52.342	6
Guangdong	147.702	47.969	7
Zhejiang	85.851	42.415	8
Shanxi	96.485	35.647	9
Jiangxi	66.664	28.873	10

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

A fábrica da Midea na zona de alta tecnologia de Hefei, onde se fabricam refrigeradores e máquinas de lavar, é uma das dez espalhadas pelo país e emprega 7.000 pessoas. Outra fábrica da empresa na zona de alta tecnologia de Wuhu, estabelecida em 1997, produz condicionadores de ar e compressores para refrigeração. Possui aproximadamente 5.000 empregados. O salário típico de um empregado na Midea em Hefei e Wuhu é de quase 1.000 Yuan por mês. De acordo com um representante da Midea, isto é de 20 a 30% mais barato do que em Guangdong.

Números como esses sugerem que fabricantes pressionados por salários mais altos na costa acharão mais fácil mover suas produções de menor valor para o interior, ao invés de lidar com problemas de início de operação e outros em lugares como Vietnã e Bangladesh. Esse aumento em investimento orientado à exportação será importante catalisador do crescimento. Mas no final, o papel principal da China central será de provedor de baixo custo ao mercado doméstico. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 04.12.2007. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Comércio bilateral

Após seis anos de superávit, Brasil registra déficit comercial com a China

O comércio sino-brasileiro registrou crescimento de 42,5% em 2007 e conquistou volume recorde de US\$ 23,365 bilhões. O crescimento foi acima das projeções realizadas pelo governo brasileiro e indica que a marca de US\$ 30 bilhões esperada para 2010 pode ser atingida ainda em 2008. A China manteve a posição de segundo maior parceiro comercial brasileiro. Em 2007, o comércio com o país asiático apresentou primeiro déficit após seis anos consecutivos de superávit e totalizou US\$ 1,868 bilhão. As importações cresceram 57,9% em relação a 2006, enquanto as exportações para o país asiático aumentaram 27,9% no mesmo período.

Informações detalhadas sobre o comércio sino-brasileiro serão publicadas na edição de número 11 de nossa publicação Macro China.

Energia

China Development Bank financiará construção de gasoduto no Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou contrato de financiamento com o banco de fomento da China, China Development Bank, para construção do terceiro trecho do Gasene. O duto terá 946 quilômetros de extensão e ligará as cidades de Cacimbas no Espírito Santo à Catu na Bahia. O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo brasileiro e permitirá o transporte de até 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia para o Nordeste – quase o dobro do volume consumido atualmente pela região. O banco chinês disponibilizará US\$ 750 milhões, parte do financiamento total do projeto que deverá ser de aproximadamente US\$ 2,65 bilhões.

[Leia mais](#)

[Carta da China 17](#)

A participação chinesa na construção do gasoduto não se limitará ao financiamento do projeto. A Petrobras contratou a empresa estatal chinesa Sinopec Group para a execução da obra. A Sinopec já é responsável pelas obras do segundo trecho do Gasene, a serem concluídas em janeiro de 2008.

Espera-se que a parceria com os chineses em projetos de infra-estrutura no Brasil se intensifique. No primeiro trimestre de 2007, o China Development Bank abriu escritório em São Paulo para assessorar projetos de empresas chinesas no país. Da mesma forma, o Bank of China, banco estatal, deve abrir ainda no primeiro trimestre de 2008 escritório na mesma cidade, claro sinal de que é de interesse do governo chinês fomentar parcerias com o Brasil.

Legislação

Entra em vigor reforma tributária na China

Passou a vigorar desde 1º de janeiro de 2008 a nova legislação tributária na China. A lei anterior previa alíquota básica de imposto de renda para pessoa jurídica de 33%, embora para empresas estrangeiras estabelecidas em zonas especiais essa alíquota variasse de 15% a 24%. O imposto passou a ser consolidado em 25% para novos projetos e será gradualmente uniformizado de acordo com as regras dispostas na lei. Haverá também redução gradual de benefícios concedidos de acordo com a origem do capital das empresas e localização geográfica. A lei cria novos benefícios fiscais que serão concedidos a determinados setores para incentivar seu desenvolvimento, tais como energia, novas tecnologias, conservação ambiental e segurança do trabalho.

A reforma tem por objetivo unificar o sistema tributário do país e equilibrar as diferenças no tratamento entre empresas estrangeiras e chinesas, tornando-o mais equilibrado. As novas regras coadunam com os lemas “crescimento científico” e “sociedade harmoniosa” defendido por Hu Jintao, visto que priorizam investimentos em nova tecnologia à localização geográfica. Os impactos serão sentidos principalmente pelas empresas estrangeiras e as maiores beneficiadas com a nova lei serão as grandes empresas chinesas.

[Leia mais](#)

[Carta da China 26](#)

América Latina

Fluxo de capital chinês na América Latina começa a crescer

Os investimentos diretos chineses na América Latina foram menores do que os esperados após a visita do presidente Hu Jintao ao continente em 2004. Apesar de não ter atingido o volume especulado de US\$ 100 bilhões, diversos investimentos e parcerias foram firmados entre empresas chinesas e latino-americanas, aumentando consideravelmente o fluxo de comércio e de capital. O investimento direto chinês no continente aumentou de US\$ 1,76 bilhão em 2004 para US\$ 8,47 bilhões em 2007, quase metade do total investido pelo país asiático no mundo no referido ano. No entanto, aproximadamente 90% desse total foram para as Ilhas Cayman, gerando dúvida sobre o caráter desses investimentos.

Entre as grandes parcerias, pode-se ressaltar a *joint-venture* firmada entre a chinesa Baosteel e a brasileira Vale para construção de siderúrgica no Espírito Santo. A *joint-venture* foi aprovada em 2007 e deverá investir US\$ 5 bilhões no projeto. Outro investimento importante foi a aquisição da empresa equatoriana Andes Petroleum Ecuador pelas chinesas Sinopec e PetroChina no valor de US\$ 1,42 bilhão em 2005. Por fim, vale ressaltar o acordo que prevê investimento de US\$ 4 bilhões da China em projetos infra-estruturais na Venezuela, além de auxílio chinês no lançamento de satélites pelo país latino-americano.

Relações exteriores I

China inclui África do Sul em seu mecanismo de Diálogo Estratégico

África do Sul e China estabeleceram mecanismo de Diálogo Estratégico com objetivo de estreitar e aprimorar as relações diplomáticas entre eles. O Ministro das Relações Exteriores chinês, Yang Jiech, foi recebido pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki em Pretória e ambos formalizaram o novo caráter do relacionamento bilateral. Em novembro de 2007, o Brasil também estabeleceu igual mecanismo com a China, o que demonstra desejo de ambos os Estados de intensificar suas relações político-econômicas. O mecanismo de Diálogo Estratégico é mantido com apenas dez parceiros, entre eles Estados Unidos, Japão, Índia e União Européia.

Relações exteriores II

Gordon Brown e Wen Jiabao encontram-se para estreitar relações

O primeiro-ministro britânico Gordon Brown, em visita à China, demonstrou grande interesse em aprimorar relações entre os dois países, “levando-as a um nível mais alto”. Brown deseja que o Reino Unido torne-se o principal destino do comércio e investimentos chineses e convidou o fundo soberano chinês, China Investment Corp., a abrir escritório em Londres para assessorar suas operações no Ocidente.

Durante a visita, os dois países assinaram oito acordos de investimentos mútuos, orçados em US\$ 800 milhões, voltados à cooperação educacional, mudança climática e desenvolvimento de energia limpa. Gordon Brown e Wen Jiabao, primeiro-ministro da China, anunciaram que pretendem expandir o comércio bilateral em US\$ 20 bilhões até 2010 – o total em 2007 foi de US\$ 40 bilhões. De acordo com Brown, o Reino Unido reconhece a China como mercado consumidor potencial de marcas britânicas, cada vez mais populares no país.

Governo chinês I

China nomeia novo ministro do comércio

O governo chinês implementou recentemente algumas alterações em seus ministérios. Destaque é dado ao Ministro do Comércio Bo Xilai, substituído no cargo por Chen Deming. Chen, nativo de Xangai, foi indicado ao final de dezembro de 2007 para suceder Bo, que assumiu a liderança do Partido na província de Chongqing. Anteriormente, Chen havia ocupado cargos de vice-ministro da Comissão de Reforma e Desenvolvimento (NDRC, na sigla em inglês) e governador da província de Shaanxi.

Dentre outras, destacamos alterações na diretoria da Administração Geral de Aviação Civil, na vice-presidência da NDRC e em duas diretorias do Banco Popular da China, que passam a ser ocupados por Li Jiaxiang, Mu Hong, Ma Delun and Yi Gang, respectivamente.

Governo chinês II

Reformas estruturais no governo chinês são aguardadas

Modificações profundas na estrutura do governo chinês deverão ocorrer ao longo de 2008. O Conselho de Estado deverá sofrer reformas com a provável criação de “super-ministérios” que concentrarão o planejamento e administração de setores como transporte, energia, finanças, construção e meio-ambiente. Essas atividades atualmente estão dispersas entre diversos órgãos, muitas vezes redundantes e conflitantes entre eles. A reforma possivelmente envolverá a dissolução da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e incorporação de suas funções aos novos ministérios.

Willy Lam, pesquisador da norte-americana Jamestown Foundation, destacou, no entanto, que a reforma não deverá resolver todos os problemas de aquiescência de governos provinciais e municipais ou de grandes empresas estatais como Petrochina. O plano de reforma deve ser levado ao Congresso em março após o início da Primeira Plenária do 11º Congresso Nacional do Povo.

Investimentos

Agência estatal de investimentos fará injeção de capital em Banco de Desenvolvimento

A China Investment Corp. (CIC), fundo soberano chinês criado em setembro de 2007, anunciou que investirá US\$ 20 bilhões no China Development Bank, banco estatal de fomento ao desenvolvimento. A injeção de capital, que tem por objetivo auxiliar na recapitalização e avanço das operações em varejo do banco, reitera o papel intermediário da CIC na nova estratégia de investimentos estrangeiros inaugurada pela China. Os US\$ 200 bilhões sob administração da agência estão alocados majoritariamente para o resgate de instituições financeiras e empresas nacionais que, por sua vez, darão o passo em direção ao exterior. O primeiro-ministro Wen Jiabao afirmou recentemente que apenas 30% das reservas sob controle do fundo serão investidas no exterior.

[Leia mais](#)

[Carta da China 30](#)

[Carta da China 31](#)

Aviação

China está mais próxima de produzir grandes jatos

China estabeleceu o mês de março de 2008 como prazo final para criação da primeira empresa de construção de aeronaves de grande porte para transporte de passageiros no país. O projeto é parte da estratégia chinesa de se inserir no grupo de países capazes de produzir esse tipo de aeronave – atualmente composto por Estados Unidos, Rússia, França, Alemanha, Inglaterra e Espanha. O país asiático pretende desenvolver tecnologia própria e tornar-se fornecedor principalmente de motores e equipamentos eletrônicos para aviação.

O voo inaugural do ARJ11, primeira aeronave regional chinesa com capacidade para noventa passageiros, previsto para 2008 é considerado passo crucial para desenvolvimento de grandes jatos. Vale lembrar que China e França firmaram acordo para fabricação de aeronaves Airbus no país asiático, em novembro de 2007.

Aquisições

Estados Unidos investe em mercado publicitário chinês

O grupo norte-americano Omnicom, um dos líderes do mercado publicitário mundial, adquiriu fatia minoritária da empresa de marketing chinesa Shunya Communications. O objetivo foi fortalecer sua presença no mercado asiático. Mercedes-Benz, Hewlett-Packard, Huizhou TCL Computer e General Electric (GE) são alguns dos clientes da Shunya Communications.

O mercado publicitário chinês encontra-se em acelerada expansão em razão, especialmente, do crescimento econômico e do conseqüente aumento do mercado consumidor do país. Contudo, investidores devem observar as características particulares do setor na China, destacam especialistas. Além da adaptação a costumes e hábitos, empresários devem preparar-se para ausência de fidelidade do consumidor chinês aos produtos e, por essa razão, buscar, sobretudo, fortalecer marcas no mercado doméstico.

Setor imobiliário

Investimento estrangeiro no mercado imobiliário é investigado

A Administração Estatal de Indústria e Comércio da China iniciou investigação sobre



investimentos estrangeiros no mercado imobiliário do país, em dezembro de 2007. Apesar de consecutivas medidas administrativas atuando sobre a oferta e a demanda, tal como apertos moderados na política monetária, em 2007 preços imobiliários aumentaram 10,5% em relação a 2006. A limitação de investimentos e, particularmente, o combate à especulação estrangeira no setor são alguns dos esforços para conter tais preços.

Em meados de 2007, a Administração Estatal de Câmbio da China (SAFE, na sigla em inglês) puniu dez bancos estrangeiros por operações ilegais que atraíram capital estrangeiro especulativo aos mercados acionário e imobiliário do país.

[Leia mais](#)

[Carta da China 29](#)

Mercado financeiro

Valor médio de empresas chinesas dobra em 2007

O valor médio de mercado das empresas listadas em bolsas chinesas registrou aumento de 235% em relação a 2006, chegando a US\$ 2,1 bilhões, segundo relatório do China Stock Market Value Management and Research Center. Contudo, não foram somente as empresas que apresentaram crescimento na China. A Bolsa de Valores de Xangai fechou 2007 como a quinta maior do mundo em termos de capitalização e sétima maior em volume de transações.

Automotivo

Consolidações no mercado automobilístico chinês se intensificam

A SAIC Motor Group anunciou a aquisição da Nanjin Automobile Group, competidora nacional da empresa, em dezembro de 2007. SAIC Motor Group é uma divisão da Shanghai Automotive Industry Corp, terceira maior produtora do setor na China. A incorporação dos ativos da Nanjin, que incluem parcela do grupo britânico MG Rover, deve aumentar consideravelmente as perspectivas de internacionalização da empresa.

A compra confirma tendência de consolidação do setor automotivo chinês, cujos números de produção e vendas crescem de forma consistente. O segundo maior mercado automobilístico do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, cresceu 20% em 2007, com 8,8 milhões de unidades produzidas e vendidas.

Informática

Sociedade digital avança na China

O crescimento econômico chinês tem contribuído para o aumento das “atividades globalizadas” no país, como por exemplo, o processo de inclusão digital da população chinesa que caminha em ritmo acelerado. De outubro de 2007 a janeiro de 2008 o número de usuários da Internet na China passou de 172 milhões para 210 milhões; incremento de 18%. Tal aumento fez com que o país asiático ultrapassasse os Estados Unidos e atingisse a primeira colocação no ranking de número de “internautas”. Vale ressaltar que 84% dos chineses ainda não possuem acesso à Internet.

A tendência de crescimento de usuários da Internet indica mais um mercado com enorme potencial na China. A consultoria chinesa CCID Consulting divulgou que o chamado *e-commerce* registrou aumento de 68,9%, movimentando US\$ 2,4 bilhões em 2007. Para 2008, a previsão é de crescimento de 65%, chegando à aproximadamente US\$ 3,8 bilhões. O volume é bastante atrativo para empresas estrangeiras e ainda deverá contribuir para o surgimento de uma nova classe de empresários especializados em *e-commerce* dentro da China.

Outro setor que apresenta considerável desenvolvimento é a mídia televisiva. A China Central Television Station e o Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS, na sigla em inglês) divulgaram que a audiência em 19 de dezembro de 2007 chegou a 1,2 bilhão de espectadores, quase 99% do total da população. Mesmo com a forte censura do governo chinês, a televisão tem se firmado como um dos meios de comunicação mais utilizados na China e também apresenta grandes atrativos para investimento.



Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Dani Nedal e Ana Luiza do Carmo

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design